

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Esther Dweck quer usar espaço para reajuste de servidores 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Torneira está fechada para reajuste em 2024 4

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vitória da inteligência (Editorial) 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Espanhóis cautelosos com AL 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatora do Perse diz que limitará renúncia 8

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreensão de agrotóxico ilegal cresce e acende alerta no setor 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal passa a cobrar IR na doação de cotas de fundos fechados a herdeiros
..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Por que desonerar a contribuição municipal ao INSS (Artigo) 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo projeta piora no déficit da previdência 15

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

A implantação do eSocial na Administração Pública (Artigo) 17

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo retirará urgência de PL da reoneração da folha 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renda do trabalho perde espaço no PIB 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação desacelera para 0,16% em março 21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

O curto e o longo prazos na gestão fiscal (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| Bolsa e dólar ignoram IPCA e têm dia de estresse com inflação nos EUA..... | 24 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| A inflação baixou. E os juros? - CELSO MING..... | 25 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Inflação de serviços desacelera para 5,09% em 12 meses, diz IBGE..... | 26 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Banco Mundial melhora projeção para PIB do Brasil..... | 27 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| PIB vai crescer 1,7% em 2024, prevê Banco Mundial..... | 28 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Perdas com crime custam 4,2% do PIB por ano para setor privado..... | 29 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA | |
| Banco Mundial revê para baixo previsão de PIB da AL para 2024..... | 31 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| "Jabuti" de R\$ 15,5 bi é útil a muita gente, não para o arcabouço..... | 32 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA | |
| Unesco oferece apoio à agenda do Brasil durante presidência do G20..... | 34 |

Esther Dweck quer usar espaço para reajuste de servidores

**GERALDA DOCA, BERNARDO LIMA E ALICE CRAVO
BRASÍLIA**

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, pretende usar uma parcela dos R\$ 15,7 bilhões, caso o dinheiro seja liberado, para conceder reajuste a **servidores públicos** federais. A prioridade é aumentar, neste ano, o salário de cerca de 200 mil servidores da educação, categoria que faz greve em algumas localidades.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, disse ontem que a equipe econômica está fazendo os cálculos para ver se há espaço para reajuste aos servidores nos próximos anos. Ele acrescentou que, em 2024, isso não será possível, pois o "Orçamento está fechado".

O assunto foi discutido em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), instância do governo que toma decisões sobre o Orçamento e é formada pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República.

-Na verdade, ela (Dweck) apresentou cenários a cada ministério. Planejamento e Fazenda, sobretudo, vão devolver para a Casa Civil, que vai fazer um apanhado. É tudo desafiador, né? Temos que equacionar as contas públicas, tem votações importantes que vão acontecer semana que vem no Congresso -afirmou Haddad.

Em 2023, a equipe econômica concedeu um reajuste de 9% para diversas categorias e enfrenta agora pressão para um aumento neste ano. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que Dweck está "fervilhando de problemas" e defendeu o direito de greve.

- Ela (Dweck) está fervilhando de problemas. Acho até que não devia ter deixado ela vir para cá, devia ficar negociando antes que a gente receba de presente as greves -disse. -A gente pode até não gostar, mas (greves) são direito democrático dos trabalhadores. Não tenho moral para falar contra greve, nasci das greves. Então, sou obrigado a reconhecer.

A prioridade da equipe da Gestão é reajustar o salário de professores federais. O percentual de aumento para a categoria ainda será defini- do na mesa de

negociação, mas a estimativa inicial é de um impacto de R\$ 1 bilhão nas contas públicas em 2024.

Para as demais carreiras do funcionalismo, o plano do governo é reajustar apenas os benefícios: auxílio-alimentação, de R\$ 658 para R\$ 1 mil (aumento de 51,9%); auxílio-saúde, de R\$ 144,38 para cerca de R\$ 215; e auxílio-creche, de R\$321 para R\$484,90.

O secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, disse que vai reabrir a mesa de negociação com as diversas carreiras do funcionalismo até julho. Caso haja concordância dos servidores, o reajuste dos benefícios virá t na folha de maio, paga , em julho: -Esperamos beneficiar a totalidade de servidores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Torneira está fechada para reajuste em 2024

» RAFAELA GONÇALVES » RAPHAEL PATI » VICTOR CORREIA

Na tentativa de evitar uma paralisação nacional no funcionalismo público, o governo propôs um reajuste em auxílios como alimentação e creche dos servidores federais.

A reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre governo federal e servidores foi encerrada ontem sem consenso.

As entidades representativas têm até a próxima segunda-feira para dar resposta ao governo sobre a proposta de acordo parcial.

A proposta apresentada pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, prevê que sejam abertas 60 mesas "falantes" de negociações por categorias para debater eventuais aumentos salariais, finalizadas até julho.

O texto que o governo colocou na mesa reajusta já a partir de maio deste ano o auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1 mil (alta de 51,9%); a assistência à saúde complementar per capita média (auxílio-saúde) de R\$ 144,38 para cerca de R\$ 215; e a assistência pré-escolar (auxíliocreche) de R\$ 321 para R\$ 484,90.

A recomposição salarial exigida pelos servidores varia de 22,71% a 34,32%, a depender da categoria. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já descartou um eventual reajuste de remuneração neste ano, sob a justificativa de que o "Orçamento está fechado". Segundo ele, a equipe econômica ainda está fazendo os cálculos para ver se há espaço para um aumento nos próximos anos.

A declaração foi dada após uma reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), a pedido da ministra da Gestão. "É tudo desafiador. Nós temos que equacionar as contas públicas, têm votações importantes para o que vai acontecer na semana que vem no Congresso", comentou Haddad.

A ministra da Gestão reafirmou que o governo tem feito "um esforço" para conciliar os reajustes do funcionalismo com outras demandas. Disse ainda que há uma disputa pelo Orçamento e que, além de recuperar o poder de compra dos funcionários públicos, o governo tem buscado recompor os recursos para outras áreas que ficaram defasadas nos últimos anos.

"A gente sabe que a negociação nem sempre vai ser o que a categoria quer, nem sempre é o que o governo propõe inicialmente", afirmou a ministra, que ainda disse que espera uma "conclusão bastante frutífera" nesse processo. "Esta foi uma das primeiras medidas: reestruturação do Bolsa Família. E isso, obviamente, consome uma parte do orçamento, restituir os mínimos condicionais de saúde e educação, isso foi algo extremamente importante", declarou.

"Sem moral" Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu não querer "ganhar uma greve de presente", mas defendeu que uma eventual paralisação é um direito dos trabalhadores, mesmo que o governo não goste. Ele brincou que "não tem moral" para criticar paralisações devido à sua origem política. "A gente pode até não gostar de greve, mas temos que respeitar porque as greves são um direito democrático dos trabalhadores", disse durante solenidade no Palácio do Planalto.

Lula lembrou o seu passado político, já que ganhou projeção ao liderar algumas das maiores greves do país, dos metalúrgicos do ABC Paulista, entre 1978 e 1980. "Eu não tenho moral para falar de greves porque eu nasci das greves. Então eu sou obrigado a reconhecer", disse durante solenidade no Palácio do Planalto.

Apesar dos acenos do governo, as entidades consideram a promessa de conclusão das 60 mesas até julho enganosa. Citam como exemplo a mesa de servidores do Banco Central (BC), que iniciou em setembro e até o momento não foi concluída. Para a vice-presidente do Fonacate e presidente da Anesp (Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País), Elizabeth Hernandez, é importante o governo apresentar o calendário das mesas específicas a serem abertas. "As categorias ficam muito ansiosas, os dirigentes acabam recebendo informações contraditórias pela imprensa e ficamos desprevenidos no debate junto à nossa base", reclamou.

As entidades representativas dos **servidores públicos** federais consultarão suas bases para dar uma resposta ao governo até a próxima segunda, prazo final para sair a portaria reajustando os benefícios.

"A gente pode até não gostar de greve, mas temos que respeitar porque as greves são um direito

democrático dos trabalhadores" Luiz Inácio Lula da
Silva, presidente da República

Vitória da inteligência (Editorial)

O bom combate às facções criminosas, por mais poderosas que sejam, pode ser travado sem que um só tiro seja disparado pelas forças do Estado. Não raro, são as ações de inteligência que têm provocado os abalos mais sensíveis nos negócios dessas facções - que há bom tempo operam como verdadeiras máfias no Brasil e no exterior -, e não a aposta na força bruta policial.

Foi exatamente o caso da Operação Fim da Linha, deflagrada no dia 9 passado para desbaratar um esquema de lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio do transporte público de São Paulo. Desde fevereiro, os detalhes da exploração de concessões de linhas de ônibus pelo PCC, entre outros contratos com a administração pública, têm sido revelados por uma série de reportagens do Estadão.

O sucesso da Fim da Linha - fruto de uma cooperação entre o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo, a **Receita Federal** e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) - foi materializado pelo cumprimento de 52 mandados de busca e apreensão e pela prisão de três acionistas e um contador de duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, a Transwolff e a UPBus. A Justiça também determinou o bloqueio de centenas de milhões de reais em bens dos investigados a fim de resguardar futuras reparações. Um baque e tanto nas finanças do PCC.

"Hoje (terça-feira passada) é um dia histórico para o Ministério Público de São Paulo", disse o promotor Lincoln Gakiya, membro do Gaeco paulista e um dos mais devotados **servidores públicos** ao combate ao crime organizado, em particular ao PCC.

Esse desfecho só foi possível porque houve uma profícua colaboração entre as autoridades estaduais e federais.

Nesse sentido, tratando-se de um esquema de lavagem de dinheiro, a participação do Cade e da **Receita Federal** foi determinante para apoiar as investigações do Gaeco de São Paulo. Restou evidente que, além da primazia da inteligência sobre a violência, a união de esforços entre entes federativos - respeitadas suas atribuições constitucionais, por óbvio - é fundamental para o sucesso de ações de combate a grupos criminosos cada vez mais audazes e que não reconhecem fronteiras.

Há pelo menos 30 anos, desde quando o transporte público na capital paulista começou a ser explorado de forma clandestina pelos chamados "perueiros", já se sabia que a atividade fazia crescer os olhos dos criminosos. Afinal, está-se falando de um ramo que movimenta bilhões de reais numa metrópole como São Paulo - e boa parte em dinheiro vivo. De lá para cá, sob o beneplácito de agentes públicos por vezes incompetentes, por vezes corruptos, o negócio prosperou, digamos assim.

Algumas das antigas cooperativas de motoristas que foram legalizadas pela Prefeitura se transformaram em grandes empresas de ônibus a serviço do crime, como é o caso das ora suspeitas Transwolff e a UPBus.

Por essa razão, a Justiça, corretamente, ordenou que a Prefeitura de São Paulo assumisse a gestão das duas empresas enquanto correm as investigações. O objetivo claro é evitar que os 17 milhões de passageiros transportados por ambas todos os meses sejam prejudicados - o que decerto levaria a um colapso da mobilidade na metrópole.

Ao fim e ao cabo, cumpriram-se mandados judiciais contra suspeitos de envolvimento com a facção criminosa mais poderosa do País sem que uma gota de sangue fosse derramada, como já foi dito. Porém, ainda é cedo, evidentemente, para comemorar o triunfo total do Estado Democrático de Direito sobre um de seus maiores algozes.

Da mesma forma que o PCC só deixou de ser um grupelho formado no interior de uma penitenciária paulista para ser o que é porque agentes públicos se deixaram corromper pelo caminho, alguns "perueiros" só viraram grandes empresários a serviço do crime organizado porque o Estado foi negligente, para dizer o mínimo. Portanto, até que as investigações avancem sobre os agentes públicos que traíram seus mandatos, o fim da linha dessa promiscuidade estará longe.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Espanhóis cautelosos com AL

» VICENTE NUNES

As empresas espanholas que têm negócios na América Latina estão sobressaltadas com a insegurança política que tomou conta da região, fruto da forte polarização que ameaça a democracia. A esse temor, se soma o aumento da violência, em especial no Brasil, no México e no Equador, e a instabilidade cambial, que amplia os riscos das operações. Esse quadro nada alentador faz parte do XVI Informe Panorama de Investimentos Espanhóis na América Latina, divulgado ontem. O levantamento mostra que 84% das companhias pesquisadas citam a instabilidade política como o principal problema a ser enfrentado neste ano. A questão cambial é citada por 49% e a insegurança nas cidades, por 45%.

Exemplos não faltam para justificar o medo dos investidores espanhóis diante de uma possível ruptura institucional na América Latina. Há excessos à direita e à esquerda. Os casos mais recentes são a tensão entre México e Equador; as suspeitas de fraudes nas eleições da Venezuela; a rede de mentiras insuflada por Elon Musk contra o Supremo Tribunal Federal.

Apesar de todas essas preocupações, 76% das empresas espanholas dizem que vão ampliar seus negócios na América Latina em 2024, seja por meio de um crescimento orgânico, seja por intermédio de aquisições; 22% asseguram que vão manter os investimentos; e apenas 2%, diminuí-los. Os cinco países que mais devem receber recursos são México, Colômbia, Chile, Peru e Brasil. Para as companhias, o que mais atrai os investidores nessa região é o tamanho do mercado interno. Nesse quesito, o Brasil é o grande destaque.

Na avaliação de Juan Carlos Martínez Lázaro, professor da IE University e responsável pelo informe, do ponto de vista econômico, o pior momento para a América Latina e o Caribe no pós-pandemia ficou para trás.

"Com a **inflação** mais baixa e os juros caindo, o nível de atividade deve se fortalecer", diz.

Outro dado mereceu destaque na pesquisa: as empresas espanholas ainda não conseguem ver os benefícios que a **reforma tributária** pode trazer para o Brasil.

A complexidade dos **impostos** é citada como um entrave para a ampliação dos negócios no país.

Segundo o levantamento, as pequenas e médias empresas espanholas não têm interesse no mercado brasileiro por causa da estrutura de **tributos**.

As companhias espanholas afirmam, ainda, que, atualmente, já faturam mais com seus negócios na América Latina do que na Espanha, onde têm suas sedes. Para 82% das empresas ouvidas pela pesquisa da IE University, o faturamento na região vai aumentar nos próximos três anos. Esse índice é maior do que o observado em 2023 (79%) e em 2022 (77%). "Os rendimentos oriundos da América Latina estão se tornando cada vez mais importantes para as empresas espanholas", ressalta Juan Lázaro.

Relatora do Perse diz que limitará renúncia

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Relatora do projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a deputada Renata Abreu (Pode-SP) afirmou que pretende limitar o impacto fiscal da proposta a R\$ 5 bilhões por ano, que reavaliará as atividades beneficiadas e que discorda da redução gradual da isenção tributária sugerida pelo Ministério da Fazenda. "O importante é manter o teto de R\$ 5 bilhões por ano para o programa, que foi o valor que combinamos ao votar a medida provisória no ano passado", disse ela.

O Perse foi criado pelo Congresso como uma forma de auxiliar as empresas do setor de eventos a superarem as dificuldades financeiras causadas pelo isolamento social na pandemia. O programa concede isenção de **impostos** federais, como PIS/Co-fins, Imposto de Renda e CSLL, até 2026 para as empresas das atividades listadas na lei.

Inicialmente, a proposta do Executivo era revogar totalmente o Perse, de forma a contribuir para as medidas de ajuste fiscal para zerar o déficit nas contas públicas, mas a ideia foi rejeitada pelos deputados.

O governo então sugeriu reduzir o número de atividades econômicas beneficiadas de 44 para 12 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e, mesmo para estas que ficarem, diminuir gradualmente a desoneração de **impostos** até 2026. Além disso, seriam excluídas todas as grandes empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões. O texto foi protocolado pelo líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) sem as projeções sobre o impacto orçamentário.

A relatora afirmou que concorda com a discussão sobre restrições, já que a renúncia fiscal anual ficou maior do que a combinada ano passado, mas que há divergência nos números que precisam ser dirimidas antes. Ela se reuniria com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quarta-feira para iniciar as discussões em torno do texto.

Segundo a parlamentar, as estimativas do setor são de que a renúncia de receita foi de R\$ 6,4 bilhões em 2023. "O combinado é R\$ 5 bilhões e é o número que vamos perseguir", disse. Já a Fazenda diz que o impacto foi de R\$ 13,1 bilhões em 2023, mas os números são contestados pelo setor e por parte dos parlamentares, que acusam a Fazenda de colocar na conta empresas que não teriam direito ao Perse.

Ela argumentou que as divergências sobre os números podem estar ocorrendo porque há empresas com uma atividade principal que não está entre as beneficiadas, mas que possuem um CNAE secundário que está dentro do Perse e estão utilizando isso para abater todo o volume de **impostos** devido. "Isso está irregular", afirmou.

Entre as alterações em estudo está permitir que as empresas do lucro real possam continuara usufruir do benefício, mas até o limite máximo de R\$ 78 milhões de faturamento (e acima disso, seriam tributadas normalmente). Também estão em avaliação todos os CNAEs que continuarão dentro do Perse, com a discussão sobre o impacto fiscal deles.

Ela rejeitou, porém, a redução gradual da isenção de **impostos** para as empresas que permanecerem no programa, tal como proposto pela Fazenda. Segundo Renata, isso seria "matar o Perse". Um faseamento pode ocorrer, disse ela, mas desde que garantida a ajuda de R\$ 5 bilhões por ano de renúncia fiscal para estas companhias.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar o projeto em no máximo duas semanas, já que as restrições ao benefício tributário já estão em vigor por causa de uma medida provisória, e orientou Renata a apresentar rapidamente seu parecer. Ela disse que prefere divulgá-lo depois do dia 22, mas que ouvirá os líderes dos partidos sobre o prazo.

Renata disse também que incluirá no projeto "punições duras" para quem fizer "mau uso" do Perse, como "multas pesadas", e elogiou a proposta da Fazenda de criar um prazo para "autorregularização", em que a empresa poderá admitir que utilizou de forma incorreta o benefício e pagar os **impostos** atrasados sem a aplicação de multa pela **Receita Federal**.

"O combinado é R\$5 bilhões e é o número que vamos perseguir" Any Ortiz

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1>

Apreensão de agrotóxico ilegal cresce e acende alerta no setor

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

Há pouco mais de um ano, policiais civis de São Paulo ao lado de fiscais do Ibama e do Ministério da Agricultura e Pecuária deram uma blitz em um endereço em Americana (SP) e descobriram um depósito de contrabandistas. Amplo, bem iluminado com ventiladores nas paredes, o local era usado como esconderijo para 75 toneladas de agrotóxicos que haviam entrado ilegalmente no Brasil.

Entre os produtos, um chamava atenção: o que continha Paraquate, um ingrediente ativo totalmente banido do Brasil desde 2021 e que é associado ao Par-kinson em pessoas que manuseiam o produto. Antes de ser proibido, esse químico era muito usado para secar lavouras de soja de modo a acelerar o amadurecimento dos grãos, permitindo antecipar a colheita.

A apreensão, ocorrida em fevereiro de 2023, só confirmou o que autoridades já vinham detectando: o avanço de grupos criminosos na venda de defensivos no mercado clandestino. Isso explica o aumento no número de apreensões de agrotóxicos ilegais no país. No ano passado, só a Polícia Federal reteve 575 toneladas, quase 180% mais que em 2022 (ver ao lado).

O lote de produtos apreendidos em Americana - acondicionados em sacas e em tonéis de plástico azul - foi avaliado na época em R\$ 43 milhões. Autoridades disseram que a carga seria vendida a produtores rurais no Mato Grosso e no Estado de São Paulo.

Órgãos federais e estaduais têm feito apreensões seguidas tanto do Paraquate quanto de outros agrotóxicos ilegais - muitos deles vindos do Paraguai, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina, países com regulações menos rigorosas do que as brasileiras em relação aos defensivos agrícolas. Os ingredientes ativos são geralmente importados da China e Índia.

O comércio desses produtos tem como principal atrativo o preço inferior aos dos defensivos produzidos e vendidos dentro dos padrões da Lei dos Agrotóxicos, aprovada em 2023.

Além do preço, o mercado ilícito também explora a possibilidade de vender no Brasil produtos com

concentrações muito superiores às consideradas seguras por aqui.

Um exemplo é o benzoato de imamectina, um inseticida para controle de pragas. Autorizado emergencialmente no país com uma concentração de 5%, o inseticida é encontrado no Paraguai com concentração que chega a 90%.

Autoridades e pessoas envolvidas no combate ao mercado ilegal afirmam que muitos lojistas e produtores rurais que adquirem defensivos clandestinos têm consciência do que estão fazendo, seja pelo preço abaixo do mercado, seja pelas embalagens em espanhol.

Autoridades alertam para os riscos à saúde e ao meio ambiente desses produtos clandestinos.

O Ministério da Agricultura diz não ter uma estimativa sobre o tamanho do mercado ilegal de defensivos. A indústria de agroquímicos calcula que a fatia do mercado atendida por produtos ilícitos gira em torno de 20% a 25%.

A estimativa foi feita com base nos dados de 2021 e significavam naquele ano entre US\$ 2,9 bilhões e US\$ 3,7 bilhões.

Os números são da CropLife Brasil, a entidade que reúne empresas de defensivos, de sementes, de biotecnologia e de produtos biológicos e que tem entre seus associados gigantes multinacionais como GDM, Basf, Bayer, Sumitomo Chemical e Syngenta.

"Esse é um problema mundial. Na Europa, segundo dados da OC-DE, em média os insumos ilegais representam 14% do mercado local. O Brasil sofre bastante por ser um grande produtor agrícola", afirma Nilto Mendes, um ex-policial federal que atualmente é gerente de Combate a Produtos Ilegais na CropLife Brasil.

Um estudo lançado em 2021 pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) também estimou em 25% a fatia de defensivos ilegais no país.

Defensivos ilegais podem ser aqueles contrabandeados, adulterados por meio de diluições e

adições de outros insumos, falsificados com uso de produtos não destinados ao campo e podem também ser aqueles frutos de roubos.

No caso do contrabando, o Paraquate se tornou um problema mais chamativo. Em 2022, autoridades já tinham feito uma grande apreensão em Santa Catarina. Em 2023, novamente em Americana. Mês passado, a **Receita Federal** de Foz do Iguaçu recolheu 36 toneladas de agrotóxicos ilegais. Desse total, cerca de 70% era Paraquate.

Quando a Anvisa decidiu banir a venda e uso desse químico no país citou o risco (embora, segundo a agência, ainda em discussão em outros países) de Parkinson e potencial de que a substância cause mutações que sejam transmitidas a futuras gerações ou ainda que cause câncer. Em 2020, a agência divulgou nota dizendo que o risco era para quem manuseava o produto e que quem consome alimentos não está suscetível à exposição da substância.

Para a indústria, a penetração de criminosos - contrabandistas, falsificadores, lavadores de dinheiro - no mercado de defensivos representa concorrência desleal, evasão de **impostos**, ameaça à reputação dos produtos lícitos e riscos à saúde e ao meio ambiente.

Para órgãos de controle, a cadeia clandestina de defensivos acende vários alertas.

"Considerando que os produtos ilegais não passaram pelo procedimento de registro oficial do governo federal, é admissível que os resíduos nos alimentos de quem faz uso desses produtos possa gerar resíduos acima do que prevê a legislação Brasileira (LMRs)", afirma o Ministério da Agricultura.

A Anvisa reforça: "Agrotóxicos irregulares não oferecem as garantias de segurança para o trabalhador e para o meio ambiente, tampouco possuem eficiência e qualidade que são exigidas para estes produtos. Sem esses requisitos mínimos, os produtos irregulares representam um alto risco de dano e ameaça à saúde do trabalhador e das pessoas que consomem os alimentos em que foram utilizados produtos irregulares".

Já o Ibama diz que produtos ilegais e provenientes de contrabando não passam por avaliações de eficácia, viabilidade agrônômica, impactos ambientais e à saúde humana e que "por isso seus impactos ambientais são incertos e podem causar efeitos adversos severos em organismos não alvo dessas substâncias, interferindo negativamente no equilíbrio ambiental".

O Ministério da Agricultura afirma que vem atuando contra o mercado ilegal e que em 2023 realizou 35 operações com apreensões de agrotóxicos, fertilizantes, sementes, e outros produtos.

O aperto nas fiscalizações se soma a outra medida. No ano passado, a nova Lei dos Agrotóxicos tornou mais dura a punição para negócios ilícitos com os produtos - agora com penas de 3 a 9 anos de prisão.

Mas há ainda dois obstáculos. Um deles conscientizar mais os produtores sobre a origem, ainda que mais cara, dos defensivos. Outro obstáculo está do outro lado das fronteiras, diz o economista Luciano Barros, presidente do Idesf. "É preciso melhorar o ambiente regulatório em países vizinhos e buscar uma equalização das legislações sobre agrotóxicos entre os países do Mercosul." A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi procurada para comentar o tema, mas não respondeu.

PF recolheu 575 toneladas em 2023, alta de 177%

No ano passado, a Polícia Federal apreendeu 575 toneladas de agrotóxicos ilegais no Brasil, quase 180% mais que as 207 toneladas de 2022. O Ministério da Agricultura apreendeu 422,9 toneladas em 2023. Já a Polícia Rodoviária Federal (PRF) reteve 195,7 toneladas no período. Este ano, entre janeiro e fevereiro, barrou mais 6,5 toneladas sendo transportadas em caminhões e carros em estradas federais do Brasil.

"Um gargalo é que muitas vezes as polícias não sabem identificar esses produtos. Precisam em alguns casos mandar para a perícia para ver se é cocaína. E se descobre só depois que era agrotóxico ilegal, dificultando o rastreamento", diz Luciano Barros, do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf).

A entidade das indústrias, a CropLife, vem patrocinando um curso na Escola de Segurança Multidimensional, na Universidade de São Paulo (USP), para policiais e fiscais com o intuito de melhorar a capacitação dos agentes que lidam com os flagrantes.

Parte do trânsito de agrotóxicos ilegais se dá por estradas que ligam os territórios do Paraguai, Bolívia e Uruguai. Uma parte menor vem da Argentina.

Nilton Mendes, da CropLife Brasil, diz que as rotas usadas pelos grupos criminosos que fazem contrabando de agrotóxicos são as que também costumam ser usadas para o trânsito ilícito de armas, droga e cigarro.

Uma vez apreendida, a carga ilegal de defensivo precisa ser destruída. E o caminho são incineradoras equipadas com filtros específicos. Ibama e outros órgãos se encarregam de custear parte dessa incineração. Parte fica a cargo da indústria química, que opera regularmente na produção e venda de defensivos.

Desde 2020, a CropLife, entidade que reúne as empresas do setor, já bancou a incineração de 1.114 toneladas de agrotóxicos ilegais.

"Na Europa, em média os insumos ilegais representam 14% do mercado local" Nilto Mendes

Projeto de lei

Em dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o projeto de lei 1459/2022, convertido na lei 14.785/2023, a chamada Lei dos Agrotóxicos ou Lei dos Pesticidas. Entre os pontos vetados está um que concentrava no Ministério da Agricultura poder de fiscalização dos agrotóxicos, reduzindo o papel do Ibama e da Anvisa no tema. A banca ruralista vem prometendo derrubar os vetos de Lula. Por outro lado, grupos críticos ao uso dos agrotóxicos mantêm uma campanha para que os vetos sejam mantidos. Uma das entidades que reclamaram dos vetos de Lula foi a CropLife. Na época, a entidade defendeu a "coordenação do ministério em casos de reanálise de pesticidas e sobre os pedidos de registro de produtos semelhantes". E disse que isso daria mais previsibilidade ao setor privado, sem que se abrisse mão de critérios científicos. Para a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, a nova lei continua tendo problemas, "mas ao menos mantém as funções dos órgãos legal e estruturalmente competentes para tratar de assuntos de saúde e meio ambiente, Anvisa e Ibama".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839>

Receita Federal passa a cobrar IR na doação de cotas de fundos fechados a herdeiros

Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** fechou a porta que possibilitava a doação a herdeiros de cotas de fundos fechados - conhecidos como de "super-ricos" - pelo valor histórico. Esse mecanismo era usado para escapar da tributação pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O novo entendimento está na Solução de Consulta nº 21, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), e deve ser seguido por todos os fiscais do país.

Na solução de consulta, a **Receita Federal** esclarece que cotas não podem ser transferidas pelo valor declarado no Imposto de Renda (IRPF) pelo titular original. Com isso, afirmam especialistas, muito provavelmente, nessas transferências haverá um ganho, sujeito à tributação conforme as regras de ganho de capital - alíquotas progressivas de 15% a 22,5%.

Fundos fechados são formatados para detentores de valores elevados de capital (acima de R\$ 10 milhões) e respondiam, em 2023, por 12,3% dos fundos no país, somando pelo menos R\$ 756,8 bilhões. No ano passado, 2,5 mil brasileiros tinham recursos aplicados nesses fundos, segundo dados do Poder Executivo.

A modalidade de investimento de fundos exclusivos tem poucos cotistas e composição personalizada. As aplicações podem ser feitas em renda fixa, ações, multimercados e outros.

Em geral, essa espécie de fundo não permite resgate de aplicações, apenas a amortização e liquidação do investimento no fim do período. Até o início do ano, tais fundos só eram tributados no momento do resgate dos recursos, diferentemente dos fundos tradicionais. Mas, desde a entrada em vigor da Lei nº 14.754, de 2023, também estão submetidos ao chamado "come-cotas".

"Agora, a **Receita Federal** fecha outra porta, da doação [a herdeiros] nos fundos fechados", afirma Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers. "Talvez a solução de consulta tenha vindo em um momento em que os investidores já estão revendo se vale a pena manter o fundo fechado por causa do come-cotas." Na solução de consulta, foi solicitado que a **Receita Federal** se manifestasse sobre a incidência

do Imposto de Renda na transmissão causa mortis de cotas de fundo de investimento em renda fixa fechado e de cotas de fundo de investimento em ações, e a possibilidade de que esses bens fossem avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do doador.

No texto, a Receita esclarece que, nos casos de transferência decorrente de sucessão por herança ou mesmo doação em adiantamento à herança de cotas de fundos fechados, é cabível a apuração de ganho de capital pelas mesmas regras aplicáveis à alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. O entendimento afasta a aplicabilidade do artigo 23 da Lei nº 9.532, de 1997, que permitia que os bens fossem avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do doador.

O órgão acrescenta, na solução de consulta, que a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto recai sobre o administrador do fundo de investimento ou sobre a instituição que intermediar recursos por conta e ordem para aplicações em fundos de investimento administrados por outra instituição.

"A Receita está dizendo que mesmo que doe em vida tem que pagar imposto", afirma Bueno. Para ele, o entendimento mudou "drasticamente". O advogado lembra que o órgão já considerava que, em caso de morte, a transferência de propriedade seria equivalente a uma alienação e incidiria tributação, que deveria ser retida pelo administrador. Porém, considerava-se que se as cotas fossem transferidas por meio de doação, antes da morte do patriarca, não haveria cobrança de Imposto de Renda.

Segundo Daniel Franco Clarke, sócio na área tributária do Mannrich e Vasconcelos Advogados, a Receita alterou seu posicionamento. "Em posição anterior a Receita havia aceitado que as partes avaliassem as cotas pelo custo de aquisição, conforme valor constante da Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física", diz o advogado.

Clarke destaca que, em 2021, a Solução de Consulta nº 98, que tratou da doação de cotas em fundo fechado de investimento em ações, permitia que as partes tivessem avaliado cotas pelo custo de aquisição. Para o advogado, causa estranheza e pode ser objeto de questionamento a Receita se

fundamentar na intenção do legislador, de acordo com trecho da exposição de motivos.

"Quando a regra veio, a intenção do legislador era evitar que herdeiros tivessem que alienar outros bens para ter que pagar Imposto de Renda decorrente desse recebimento", afirma. A consequência para o herdeiro, acrescenta, é a probabilidade de pagamento de imposto quando eles receberem essas cotas, mesmo que não vendam.

Para ele, os herdeiros até podem questionar judicialmente a cobrança, mas como a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto é do administrador do fundo, "será difícil a pessoa física conseguir não fazer o pagamento".

No entendimento da Receita, essa motivação de evitar que herdeiros tenham que vender bens seria "totalmente inaplicável" no caso de fundos de investimento em renda fixa e em ações, que possuem em seu ativo instrumentos financeiros com liquidez suficiente para serem alienados e pagar o IRRF sem necessidade de disposição de bens adicionais pelos herdeiros ou doadores.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839>

Por que desonerar a contribuição municipal ao INSS (Artigo)

Raul Velloso Consultor econômico

Para entender a crise financeira que afeta não menos do que os 5.568 municípios existentes em nosso país, onde o desequilíbrio previdenciário é talvez a parte mais importante do problema, cabe iniciar com uma visão rápida sobre como se situam, nesse contexto e no momento atual, os regimes previdenciários tradicionais, conhecidos como Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS).

Atualmente, 2.118 municípios têm RPPS para seus servidores efetivos. Nos demais 3.450 municípios os servidores efetivos contribuem e vão se aposentar pelo RGPS. Já os servidores temporários e os comissionados de todos os 5.568 municípios estão no RGPS. Em resumo, 2,55 milhões de servidores ativos municipais estão sob proteção de RPPS. Considerando que o total de **servidores públicos** municipais é de 6,67 milhões, 4,12 milhões estão no Regime Geral de **Previdência Social**.

Ou seja, ambos os regimes têm de ser levados na devida conta. Em particular, por um motivo ou outro, os municípios são afetados em boa medida pela contribuição ao Regime Geral, e de forma mais profunda do que talvez em geral se imagine. E, para concluir a resenha, a contribuição para o RGPS representa, no conjunto, um custo bastante expressivo para os municípios, de cerca de R\$ 24,8 bilhões por ano, algo que ganha ainda maior importância quando se considera que a maior parte das políticas destinadas à população exatamente nas áreas de educação, saúde e assistência social é realizada pelos municípios, e, por consequência, por intermédio dos servidores lotados nessas áreas.

Daí a importância de reduzir a alíquota patronal normal dos municípios (22%) de forma permanente, que, além de serem os principais responsáveis por políticas em áreas críticas, em matéria de benefícios são superados por vários outros segmentos (isenção total no caso das entidades filantrópicas ou parcial nos casos do agronegócio ou das micro e pequenas empresas, e até clubes de futebol).

Porém, isso deve ser feito em conjunto com medidas que evitem que o RGPS tenha um déficit financeiro ainda maior que o atual. Diferentemente dos Regimes

Próprios de **Previdência Social**, que devem ter equilíbrio financeiro e atuarial, a Constituição prevê que o RGPS tenha déficit em função da necessidade de proteger a população mais vulnerável, bem como dar tratamento diferenciado a alguns setores econômicos, como é o caso dos municípios.

Raul Velloso, Consultor econômico

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo projeta piora no déficit da previdência

Jéssica Sant"Ana e Guilherme Pimenta

O governo piorou as suas projeções de longo prazo para o déficit do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que atende os trabalhadores do setor privado ou mesmo do setor público, quando não estejam filiados a regimes próprios. A expectativa é que a necessidade de financiamento continue crescendo: saia de 2,45% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano e chegue a 10,30% até 2100.

O percentual equivaleria a um rombo de R\$ 25,528 trilhões, valor que, em tese, o governo teria que desembolsar para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), se nada for feito até lá para impedir a trajetória explosiva do resultado da Previdência. Já para este ano, o déficit projetado seria de R\$326,168 bilhões.

Os dados constam do Balanço Geral da União (BGU) de 2023, divulgado na semana passada pelo Tesouro Nacional. O déficit existe porque as despesas previdenciárias superam as receitas. Com isso, o governo precisa se endividar para honrar o pagamento dos benefícios - o que é chamado de necessidade de financiamento.

No ano passado, a projeção era de um déficit de 2,2% do **PIB** para este ano, ficando estável até 2029 e passando a crescer gradualmente a partir de 2030 até chegar a 10,2% do **PIB** em 2100. Já as projeções atualizadas mostram que a necessidade de financiamento deve partir de 2,45% do **PIB**, diminuir um pouco ao longo dos próximos dez anos e crescer até atingir o percentual de 10,3%.

"A piora nas projeções do déficit previdenciário do BGU consideram que o **PIB** crescerá acima de 2% até 2030, em média, *premissa otimista* diante do baixo **PIB** potencial do país (de 1,5%)", avalia Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset.

A grade de parâmetros macroeconômicos utilizada é de 12 de janeiro e foi feita pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. No documento, o governo pondera que "eventuais revisões nas projeções dos parâmetros ou a observação de resultados, no curto prazo, diferentes dos projetados, implicam, necessariamente, revisão

das projeções de longo prazo".

Os dados do BGU mostram, ainda, que o problema para o financiamento da Previdência está tanto pelo lado das receitas quanto das despesas. As projeções trazem uma receita se mantendo estável em 5% do **PIB** ao longo das próximas décadas, com uma pequena queda na casa decimal. Já as despesas partem de 7,98% do **PIB** e alcançariam 15,85% até 2100.

Arnaldo Lima, relações institucionais da Polo Capital, explica que a despesa previdenciária cresce acima da arrecadação porque estão sendo incluídas "mais pessoas, por mais tempo e com valores de benefícios maiores". "Esses três fatores positivos geram desafios para a sustentabilidade financeira dos regimes de repartição públicos, pois o aumento da longevidade e a valorização do salário mínimo tornarão o déficit atuarial crescente ao longo dos anos", diz o economista, que já atuou como secretário em alguns ministérios.

"Uma conta básica que precisamos ter em mente é que os regimes de repartição precisam de no mínimo três pessoas trabalhando para pagar um benefício. Atualmente, todos os entes têm uma relação de ativo por inativos menor do que essa métrica", afirma Lima.

Leonardo Rolim, consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados e ex-secretário da **Previdência Social**, afirma que a reforma da Previdência de 2019 teve um impacto relevante para evitar um crescimento maior do déficit em porcentagem do **PIB**. "Até meados da próxima década, o déficit estará mais ou menos estável. Se não fosse a reforma feita, as projeções que constavam na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] de 2019 apontavam que o déficit já estaria em mais de 3% do **PIB** hoje e acima de 4% em 2030", disse.

Apesar de ter garantido um crescimento menos explosivo da despesa, Rolim afirma que uma nova reforma será necessária. "A partir da década de 2030, a reforma [de 2019] já não vai mais conseguir controlar o crescimento do déficit em % do **PIB**. O Brasil está envelhecendo rápido e tem uma das menores taxas de fecundidade. O déficit vai ficar insustentável nas próximas décadas", afirma o economista, que já foi presidente do **INSS**.

Leal de Barros pondera que os ganhos da reforma da Previdência foram amenizados em função da retomada da política de valorização do salário mínimo e da derrubada da atualização automática da idade mínima de aposentadoria durante a tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional. Por isso, ele também vê uma necessidade de nova reforma num futuro "não muito distante".

"De acordo com as projeções populacionais da ONU, o Brasil terá um dos processos de envelhecimento mais intensos e rápidos do mundo, de modo que em 2030 já será possível considerar o país como idoso", diz Barros.

Rolim defende uma nova reforma que adicione uma camada de capitalização ao regime previdenciário, que hoje é baseado somente na repartição. Também disse que é importante equiparar as idades de aposentadorias de homem e mulher, acabar com a diferença de idade entre urbano e rural e adotar reajustes automáticos desses parâmetros de acordo com a expectativa de vida da população.

Pelo lado da receita previdenciária, Rolim pontua que o desafio é ainda maior, porque a população economicamente ativa vai diminuir e a economia 4.0 tem feito cada vez mais pessoas trabalharem de forma autônoma. "Governo tem que buscar novas forma de contribuição para esse tipo de trabalhador", disse. No curto prazo, ele comentou que podem ser feitas melhorias na cobrança da dívida ativa, porque o percentual de recuperação é "baixíssimo".

"Longevidade e valorização do mínimo tornarão o déficit crescente" Arnaldo Lima

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1)

A implantação do eSocial na Administração Pública (Artigo)

CAIO JORDÃO SÁ PEREIRA (*)

O eSocial é uma política pública que vem sendo implementada pelo Governo Federal desde 2014 e tem como objetivo principal desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias de todas as relações de trabalho existentes atualmente no país. Assim, será formado um grande banco de dados, que poderá ser utilizado pelos diversos órgãos governamentais na realização de suas tarefas de fiscalização ou mesmo de criação e monitoramento de políticas públicas, de acordo com a competência de cada entidade.

Então, como é que o eSocial acontece na prática? Periodicamente, os empregadores têm que executar determinados procedimentos a fim de escriturar essas informações em sua página do eSocial. Dessa forma, esse banco é constantemente atualizado, o que possibilita o acompanhamento do cumprimento das obrigações patronais de forma célere. Por exemplo, o desconto de previdência que é feito no seu contracheque: todo mês os empregadores têm que escriturar essa informação no eSocial, para que, a partir disso, o repasse das verbas seja efetuado ao **INSS**, possibilitando verificar se você está empregado, se está fazendo con-

tribuições previdenciárias, se tem direito a benefícios, calcular o valor da sua aposentadoria etc.

É comum se pensar que as obrigações exigidas pelo eSocial são novidades trazidas pela plataforma. Isso não é correto. Na verdade, o eSocial não criou uma nova obrigação tributária acessória, isto é, não é um procedimento a mais a ser efetuado. O que está acontecendo é a substituição da forma de escrituração de obrigações que já existiam e ficaram defasadas frente à modernização dos serviços públicos. Sendo assim, diversas exigências da legislação que eram efetuadas separadamente e de forma redundante - ao todo, 15 obrigações patronais - estão sendo progressivamente substituídas por um canal unificado: o eSocial.

O eSocial traz consigo uma grande modernização na área do Departamento de Pessoal. É uma política que vem na onda de digitalização dos serviços públicos, sendo um dos braços de um projeto mais amplo nessa direção do Governo Federal: o Sistema Público de

Escrituração Digital (Sped). Especificamente, é a área do Sped voltada às relações de trabalho. Um dos seus objetivos é desburocratizar a relação entre o contribuinte e o Governo, gerando maior

eficiência no cumprimento da legislação, maior economia e garantindo de forma efetiva os direitos dos trabalhadores. Nesse cenário, os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação são uma demanda exponencial para a Administração Pública a fim de viabilizar essas mudanças.

Além disso, o eSocial tem se mostrado uma janela de oportunidade para que muitos empregadores se debruce sobre suas rotinas administrativas, a fim de rever processos ineficientes e melhorá-los. Na Administração Pública, tem servido como um verdadeiro mecanismo de controle interno no âmbito da Gestão de Pessoas.

Hoje, o eSocial é uma política de suma importância para aqueles que atuam ou desejam atuar nos setores de pessoal dos órgãos públicos. Com o intuito de ser uma política de longo prazo, é um dever funcional dos servidores que trabalham nos departamentos de pessoal estarem em dia com os regulamentos, instruções e procedimentos do eSocial. Na verdade, a observância dessas normas nada mais é do que atender ao fiel cumprimento das legislações previdenciária, trabalhista e fiscal e, desse modo, proteger os trabalhadores e garantir seus direitos.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=133195#page/1>

Governo retirará urgência de PL da reoneração da folha

Publicado em 11/04/2024 - 07:02 **Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília**

Sem acordo com o Congresso, o governo retirará do regime de urgência o projeto de lei sobre a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, confirmou nessa quarta (10) à noite o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele deu a informação horas depois de se reunir com a relatora do texto na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

Uma eventual demora na discussão pode fazer o governo perder pelo menos R\$ 12 bilhões em receitas neste ano, segundo estimativas apresentadas por Haddad em janeiro. No fim de dezembro, o governo tinha editado medida provisória para revogar projeto de lei aprovado pelo Congresso e reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

No início de fevereiro, o governo aceitou a conversão de parte da medida provisória em projeto de lei, após reunião com líderes de partidos da base aliada no Senado.

Haddad não mencionou um cronograma de discussão de projetos nem impactos fiscais caso a desoneração seja prorrogada até 2027. Ao sair do ministério, horas antes, a deputada Any Ortiz apenas informou que o governo tinha se comprometido em retirar a urgência para dar mais tempo ao Congresso de negociar o assunto.

"Nós conversamos sobre a retirada da urgência por parte do governo, para que a gente possa, então, ter um período maior e melhor de discussão a respeito dessa possibilidade que o governo quer de reonerar. Eu acredito que o governo, nas próximas horas, estará retirando a urgência desse projeto", declarou a relatora.

A deputada também informou que pretende manter, no relatório, a prorrogação da desoneração até o fim de 2027, com uma recomposição de alíquotas a partir de 2028. Sem a urgência, a discussão pode levar meses, sem prazo definido de negociação e de votação. "Não tem um prazo colocado. O governo retirando a urgência não tem por que a gente apresentar um relatório", acrescentou a parlamentar.

Antes da medida provisória editada no fim do ano

passado, o governo tinha vetado o projeto de lei que estendeu a desoneração para os 17 setores da economia até 2027. O Congresso, no entanto, derrubou o veto.

Impacto

Em relação ao impacto fiscal, a deputada disse apenas que o governo não conta mais com as receitas da reoneração da folha para este ano. No fim de março, o Ministério do Planejamento e Orçamento informou que, da medida provisória original, a equipe econômica mantém na estimativa de receitas apenas R\$ 24 bilhões da limitação de compensações tributárias e cerca de R\$ 6 bilhões do programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia.

A MP 1.202 sofreu mais uma desidratação na semana passada, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deixou caducar um trecho que extinguiu a redução, de 20% para 8%, da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de pequenas prefeituras. A decisão fará o governo deixar de arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões neste ano.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/governo-retirara-urgencia-de-pl-da-reoneracao-da-folha>

Renda do trabalho perde espaço no PIB

Lucianne Carneiro

A participação das remunerações do trabalho na economia atingiu 50%, em 2021, o menor nível da série histórica da pesquisa, iniciada em 2000, mostra estudo de Cláudio Considera e Roberto Olinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O índice, que estava em 55,5% em 2019, caiu para 53,1% em 2020 e chegou ao piso da série em 2021.

O estudo calcula a fatia dos rendimentos do trabalho sobre o valor adicionado do país, que é o Produto Interno Bruto (**PIB**) sem considerar os **impostos**. A parcela restante se refere à renda do capital. O cálculo mostra a chamada distribuição funcional da renda, uma primeira camada de análise sobre a repartição dos rendimentos, e que ajuda a avaliar a distribuição pessoal da renda, segundo os autores.

"Quanto maior a participação da remuneração do capital na renda do país, maior a tendência para que a distribuição pessoal da renda seja mais concentrada, já que o capital é fortemente concentrado em poucas mãos", afirmam.

Para Considera, o recuo nos anos de 2020 e 2021 está ligado às perdas provocadas pela pandemia no mercado de trabalho e não há tendência de redução dessa participação da renda do trabalho. "Essa queda de 2020 e 2021 não significa tendência de redução, mas uma questão específica da pandemia. A tendência é que volte a subir em 2022. Acho que deve continuar aumentando a participação do trabalho", afirma o economista, que é coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (NCN) da FGV IBRE e responsável pelo Monitor **PIB**-FGV.

Entre 2000 e 2021, a fatia dos rendimentos do pessoal ocupado na renda do país variou entre os 50% de 2021 e os 56,8% dos anos de 2015 e 2016, afetados pela recessão. Na média do período, o índice é de 53,8%. O desempenho em 2015 e 2016 reflete, segundo Considera, mais a redução do capital no período que o avanço do trabalho.

"Em geral, a gente pensa no desemprego da mão de obra numa recessão, mas o capital também é afetado porque fica parado. Há menos utilização de máquinas e equipamentos, por exemplo, menos turnos de produção nas fábricas... Esse índice mais alto de 2015 e 2016 tem mais a ver com a redução do uso do capital que com o aumento da renda do trabalho",

explica.

O nível se manteve elevado nos anos de 2017 (56,5%), 2018 (55,8%) e 2019 (55,5%), até ser afetado pela crise sanitária. Considera explica que o impacto veio tanto da crise no mercado de trabalho - com perda de ocupação - quanto do próprio rendimento das pessoas que morreram por causa da covid. Estatísticas apontam para a morte de mais de 600 mil pessoas no Brasil nos dois primeiros anos da pandemia.

Mesmo com altas e quedas ao longo da série da pesquisa, entre 2000 e 2021, o que o economista Cláudio Considera confirma é que há uma baixa participação da renda do trabalho na economia, ainda que superior a outros momentos da história brasileira. Atualmente, em países desenvolvidos, a fatia dos rendimentos do pessoal ocupado corresponde a algo entre 60% e 65% da economia.

"A participação da renda do trabalho é muito maior nos países desenvolvidos que no Brasil. Mas aqui também já foi muito inferior, era de 39% em 1949, mas considerando uma outra metodologia", explica Considera.

O estudo também traz informações detalhadas sobre a parcela das remunerações do trabalho nas diferentes atividades econômicas. Considera e Olinto destacam a heterogeneidade dessa participação em cada uma delas, dependendo da maior ou menor participação do capital no processo produtivo ou ainda da maior ou menor qualificação dos trabalhadores.

Segmentos mais intensivos no uso de mão de obra, como outros serviços, transportes e comércio, apresentam maior representatividade dos rendimentos do trabalho em sua renda.

Por outro lado, os índices são menores em áreas como extrativa mineral e eletricidade, com baixa intensidade do trabalho.

O trabalho sinaliza ainda para mudanças estruturais nos 22 anos entre 2000 e 2021, como as observadas na agropecuária e na extrativa mineral, que registraram redução no período. Na agropecuária, a renda do trabalho era 38,4% do total em 2000, mas caiu para 16,3% em 2021. Já na extrativa mineral essa fatia recuou de 26,4% em 2000 para 8,3% em 2021.

"Ao longo dos anos, a participação dos salários perde

força com a mecanização da agropecuária de exportação. Além disso, a agricultura familiar foi muito prejudicada na pandemia", nota Considera.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1)**

Inflação desacelera para 0,16% em março

Rio - A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desacelerou a 0,16% em março, após marcar 0,83% em fevereiro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O novo resultado ficou abaixo da mediana das projeções do mercado financeiro. Analistas esperavam variação de 0,25% em março.

A variação de 0,16% é a menor para o mês desde 2020. Naquele período, marcado pelo início da pandemia de COVID-9, a **inflação** havia sido de 0,07%. Com o novo resultado, o IPCA desacelerou a 3,93% no acumulado de 12 meses até março deste ano, segundo o IBGE. É a menor taxa acumulada desde junho de 2023 (3,16%). Nesse recorte, a **inflação** era de 4,50% até fevereiro deste ano.

Dos nove grupos pesquisados, seis tiveram alta na passagem de fevereiro para março. Novamente, o maior impacto do mês veio de alimentação e bebidas, com alta de 0,53% e peso de 0,11 ponto percentual (p.p.) no índice geral.

Segundo o gerente da pesquisa, André Almeida, a desaceleração do índice geral frente ao mês anterior é explicada pelo fato de que, em fevereiro, os preços da educação tiveram alta significativa por causa dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, o que não aconteceu em março.

"No caso da alimentação, problemas relacionados às questões climáticas fizeram os preços dos alimentos, em geral, aumentarem nos últimos meses. Em março, os preços seguem subindo, mas com menos intensidade", destacou o pesquisador. A alimentação no domicílio desacelerou de 1,12% em fevereiro para 0,59% em março. Destacam-se as altas da cebola, do tomate, do ovo de galinha, das frutas e do leite longa vida.

meta

O comportamento dos preços no IPCA serve como referência para a definição da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central. Em 2024, o centro da meta de **inflação** perseguida pelo BC é de 3%. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para menos ou para mais. Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar no intervalo de 1,5% (piso) a 4,5% (teto) no acumulado deste ano.

Na mediana, projeções do mercado financeiro

apontam que o índice de preços fechará 2024 com alta de 3,76%, conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada na terça pelo Banco Central. A estimativa está abaixo do teto da meta (4,5%).

No início deste ano, a **inflação** do setor de serviços virou motivo de alerta para o BC ao mostrar sinais de persistência com o mercado de trabalho ainda aquecido no Brasil, dizem economistas. Segundo eles, o comportamento desses preços pode tornar mais lento o processo de desinflação como um todo e, conseqüentemente, frear o ritmo de queda da taxa básica de juros. A Selic está em 10,75% ao ano. Na mediana, analistas do mercado financeiro projetam taxa de juros de 9% ao final de 2024, segundo o boletim Focus.

transportes

O grupo transportes inverteu o sinal e passou da alta de 0,72% em fevereiro para a queda de 0,33% em março. De acordo com a pesquisa, o resultado foi influenciado por um recuo nos preços da passagem aérea de 9,14%. Além disso, a gasolina saiu de uma alta de 2,93% para 0,21% no último mês.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

O curto e o longo prazos na gestão fiscal (Artigo)

Felipe Salto

Felipe Salto ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

Ameta zero é o atual objetivo de curto prazo das contas públicas. As receitas e as despesas públicas federais, sem contar os juros da dívida, têm de ser iguais. Na verdade, há uma banda, de -0,25% do PIB. Mas esse resultado sanearia as contas públicas já em 2024? Por que zero?

O que nos diz a Lei Complementar (LC) n.º 200/2023, isto é, o Novo Arcabouço Fiscal?

A LC 200 contém um objetivo de longo prazo vinculado à sustentabilidade da dívida pública.

O problema é que a gestão das contas públicas, no curto prazo, tem encontrado dificuldades para avançar na direção de uma estratégia de política econômica de maior fôlego.

Há dois dias, por exemplo, a Câmara dos Deputados aprovou uma flexibilização no Novo Arcabouço Fiscal (ainda tem de passar pelo Senado). A ideia é permitir o aumento do limite de gastos em R\$ 15,7 bilhões, por ato do Poder Executivo, desde já, e não mais após a segunda avaliação bimestral orçamentária (maio).

A LC 200 diz que, se a projeção de receitas do governo para 2024 superar a variação considerada no cálculo do limite de gastos do Orçamento, então ele será refeito. Essa checagem ocorreria após a apresentação do relatório orçamentário do segundo bimestre, documento para acompanhar a execução orçamentária.

O indexador usado no Orçamento de 2024 para calcular o limite de gastos foi 1,7%, em termos reais, resultando em R\$ 2.089,5 bilhões. Vamos assumir que a projeção do governo para as receitas de 2024, em maio, venha parecida com a do relatório orçamentário do primeiro bimestre. A variação real, de 7% (já aplicada a regra do arcabouço, de 70% vezes a variação da receita), superaria o teto permitido (2,5% real). Logo, aplicarse- ia justamente esta variação, de 2,5%, acima do 1,7% em 0,8 ponto de porcentagem.

Essa diferença equivaleria a um aumento de R\$ 15,7 bilhões no limite. A mudança aprovada pela Câmara anteontem traz para já essa possibilidade de suplementação.

Isso reduziria as possibilidades de bloqueio e contingenciamento de despesas. Também abriria caminho para outras mexidas na LC 200. Riscos.

Como se vê, discute-se o detalhe da rebimboca da parafuseta do resultado fiscal de curto prazo, porque aí está o condão para gastar mais. Mas e o longo prazo?

E a dívida pública?

A verdade é que, se o governo for capaz de mostrar uma trajetória sustentável para a dívida pública, o custo da dívida diminuirá, já no curto prazo, as despesas financeiras cairão e haverá espaço para ampliar o financiamento das políticas públicas.

Não é por outra razão que a LC 200 obriga à apresentação de metas de resultado primário para o ano corrente e os três seguintes compatíveis com uma "trajetória sustentável da dívida pública". O parágrafo 1.º do artigo 2.º estabelece que essa compatibilidade será materializada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Conforme regra do parágrafo 5.º do artigo 4.º introduzido na Lei de Responsabilidade Fiscal pela LC 200: (o Anexo de Metas Fiscais conterà) "o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto".

Assim, a meta zero, em 2024, é muito importante, por ser a âncora de curtíssimo prazo, a partir da qual o ministro Fernando Haddad está conseguindo aprovar medidas de revisão de benefícios tributários iníquos e recuperar a arrecadação.

Minha coleta para março, no SIGA-Brasil, sistema do Senado que traz os dados da execução orçamentária, aponta alta real de quase 10% para as receitas.

Contudo, o essencial vai muito além disso. É preciso debater o alcance das condições de sustentabilidade fiscal. Na segunda, dia 15/4, teremos essa oportunidade, por ocasião da apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025.

As metas a partir do ano que vem terão de ser ajustadas. A Secretaria do Tesouro Nacional apresentou cenários bem embasados, recentemente, no Relatório de Projeções Fiscais. Elas podem ajudar o governo nessa hercúlea tarefa. Claro que os compromissos fixados para 2025 a 2028 têm de embutir algum esforço, senão não seriam metas.

A dívida bruta está atualmente em 75,5% do **PIB**. A equação de sustentabilidade da dívida indica que, com juros reais de 4,5% ao ano e crescimento econômico de 2,2%, seria preciso um superávit primário de 1,7% do **PIB** para estabilizar a dívida em relação ao produto. Partimos de um déficit (sem precatórios extraordinários), em 2023, de 1,4% do **PIB**. Assim, teríamos de fazer um esforço de 3,1 pontos de porcentagem ou algo como R\$ 350 bilhões. Impossível em um ou dois anos.

Sem mudanças estruturais no gasto, entendo que só seria possível estabilizar a dívida/ **PIB** em 2033, em 87%, com superávit primário de 0,9% do **PIB**, juros reais de 3,5% e crescimento econômico de 2,5%. São números relativamente otimistas e, mesmo assim, demoraríamos a alcançar a estabilização.

A construção do longo prazo começa agora, na próxima segunda- feira, no PLDO de 2025.

A meta zero em 2024 é muito importante (é a âncora de curtíssimo prazo). Mas o essencial vai além disso. É preciso debater o alcance das condições de sustentabilidade fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsa e dólar ignoram IPCA e têm dia de estresse com inflação nos EUA

I DANIELA AMORIM/RIO e ANTONIO PEREZ e LUIS LEAL/SÃO PAULO

Após o repique provocado pelo reajuste de mensalidades escolares em fevereiro, quando chegou a 0,83%, a **inflação** oficial no País perdeu força e fechou o mês passado com variação de 0,16% - a menor taxa para o mês desde 2020, de acordo com o IBGE.

O resultado ficou praticamente no piso das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam mediana de 0,24%. Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,93%, dentro do teto de tolerância (de 4,50%) da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central em 2024, que é de 3%.

Ainda pela manhã, o resultado teve impacto nas taxas de juros no mercado futuro, que operaram em queda. Mas a virada no humor do mercado não demorou a chegar depois da divulgação da **inflação** nos EUA. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,4% em março, bem acima da estimativa do mercado. Em 12 meses, o índice passou de 3,2%, em fevereiro, para 3,5% no mês passado.

Para analistas, esses números indicam que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) terá mais dificuldade para começar a cortar a taxa de juros no país - a previsão agora é de que isso aconteça só a partir de setembro. E isso terá impacto em todo o mundo, incluindo o Brasil, onde a taxa de juros, após o ciclo de cortes em andamento pelo BC, poderia acabar ficando mais alta do que projeta o mercado atualmente.

Em reação ao cenário internacional, o dólar teve alta de 1,41%, a R\$ 5,07, maior valor de fechamento desde 13 de outubro.

Já o Ibovespa, principal indicador da Bolsa, recuou 1,41%, para 128,0 mil pontos. A queda só não foi maior por causa do salto de Petrobras (ON +3,02% e PN +2,22%). Além da subida do petróleo, a estatal se apoia na perspectiva de distribuição de dividendos extras e de manutenção do seu presidente, Jean Paul Prates.

À GloboNews, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, classificou o resultado da **inflação** nos EUA

como "muito ruim", mas ressaltou que "o cenário (projetado pelo Copom) não mudou substancialmente" e que os juros americanos e brasileiros "não estão mecanicamente relacionados".

Para o economista da CM Capital Matheus Pizzani, embora essa relação não seja automática o mercado aposta que o BC pode se guiar pelo diferencial de juros que deve afetar os fluxos internacionais e, por consequência, o câmbio. "A questão é se o câmbio vai pesar na **inflação** via bens comercializáveis, o que não temos visto por enquanto", afirmou. "O BC não precisa ser mais conservador tão logo, porque o juro real ainda é muito alto."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A inflação baixou. E os juros? - CELSO MING

CELSO MING

Quase ninguém esperava essa **inflação** tão baixa em março, de apenas 0,16%, a mais baixa desde junho do ano passado. Com isso, a **inflação** acumulada em 12 meses caiu para 3,95% - embicando para a meta de 3%.

Quase toda a alta sazonal (de virada de ano) parece ter-se concentrado em fevereiro. No entanto, o mais importante agora é ver como fica a política de juros a partir desses novos números.

Enquanto membros do governo externavam preocupação com a **inflação** dos alimentos, os diretores do Banco Central (BC) chamavam mais a atenção para a **inflação** dos chamados serviços subjacentes. Alguns deles chegaram a sugerir que esta última podia estar sendo produzida por aumento da demanda cuja origem estaria no súbito aumento da renda, em consequência do pleno-emprego em alguns setores.

A alta dos alimentos continua relativamente forte (de 0,53%), mais concentrada na cebola, tomate e ovos, por conta da redução da produção. Nesse caso, não há muito o que fazer, a não ser importar. Em compensação, a **inflação** dos serviços está bem mais atenuada. Saiu de alta de 1,06%, em fevereiro, para 0,10%, em março, mas o subgrupo dos serviços subjacentes mantém-se elevado, em 0,45%.

Após a última reunião do Copom, os debates se concentram sobre o que deverá acontecer a partir de junho, manter o nível de corte em 0,5 ponto percentual (p.p.) dos juros básicos (Selic) ou optar por um corte de 0,25 p.p. Essa decisão é importante para quem tem altas contas a pagar e depende do comportamento dos juros futuros.

Em princípio, essa **inflação** mais baixa reforça as apostas pela manutenção do atual ritmo de corte. Mostra, entre outras coisas, que o tal aumento da demanda pelo poder aquisitivo mais forte não está empurrando a **inflação** para cima. Mas continuam atuando duas fontes de preocupação, além do aumento da renda: a gastança do governo Lula, que segue despejando mais recursos no mercado; e a forte alta do petróleo, que exige reajustes dos combustíveis.

Setores do PT e do governo continuam vociferando contra a "alta burra dos juros". Mas, em matéria de política monetária, eles não passam de bois olhando para o palácio. Melhor ficar com a opinião da revista The Economist que passou o recado de que os grandes bancos centrais deveriam agir como os bancos centrais do Brasil e do Chile.

A vacilação do Fed (o banco central dos Estados Unidos) e do Banco Central Europeu em derrubar os juros pode provocar um efeito colateral indesejado.

Pode reduzir ainda mais a diferença entre os juros reais daqui e dos Estados Unidos e desestimular o desembarque de capitais no mercado interno, algo que já está ocorrendo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Inflação de serviços desacelera para 5,09% em 12 meses, diz IBGE

DANIELA AMORIM RIO

Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostraram um recuo na **inflação** de serviços, setor que, na avaliação do mercado, continua sendo puxado pela recuperação do mercado de trabalho.

Na composição do IPCA, a variação dos preços de serviços foi de 0,10% em março, ante 1,06% em fevereiro.

A desaceleração em serviços foi puxada pelo fim do impacto dos reajustes de mensalidades escolares - que tradicionalmente acontece em fevereiro -, assim como por uma nova queda nos preços das passagens aéreas e de pacotes turísticos, explicou o gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, André Almeida. O fim das férias teria ajudado não apenas no recuo das passagens aéreas, como também na queda de outros serviços turísticos no mês, acrescentou ele.

No acumulado em 12 meses, a **inflação** de serviços registrou queda: de 5,25%, em fevereiro, para 5,09% em março - menor patamar desde janeiro de 2022, quando também estava em 5,09%. "O que a gente tem observado nos últimos meses é essa desaceleração da **inflação** de serviços, embora ainda acima, em 12 meses, da **inflação** geral", apontou Almeida.

Questionado sobre uma possível influência de demanda sobre a **inflação** de serviços, o pesquisador afirmou que o mercado de trabalho aquecido, com queda na taxa de desemprego e alta na de renda do trabalhador, pode contribuir para uma maior procura por produtos e serviços, mas que, por ora, o IPCA segue mostrando uma taxa de **inflação** de serviços em desaceleração no acumulado em 12 meses.

Para a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, a **inflação** de serviços continua sendo uma preocupação para o mercado. "Apesar de o IPCA ter desacelerado em março, ainda vemos a **inflação** de serviços muito pressionada pelo mercado de trabalho aquecido, o que representa um risco altista para os juros", escreveu ela, em relatório.

CONTRIBUIÇÃO. O item com maior peso individual na **inflação** de março foi o plano de saúde, que ficou 0,77% mais caro, uma contribuição de 0,03 ponto

porcentual para o IPCA. O brasileiro também pagou mais por produtos farmacêuticos (0,52%), com destaque para antibióticos (1,27%) e analgésicos e antitérmicos (0,55%).

Na passagem de fevereiro para março, o consumidor encarou mais alimentos com aumentos de preços, porém, os reajustes foram mais amenos. O gasto com alimentação e bebidas subiu 0,53% em março, respondendo por cerca de dois terços de toda a **inflação** do mês. O índice de difusão de itens alimentícios (que mostra o percentual de produtos com aumentos de preços) passou de 56% para 61% em março.

Segundo Almeida, os preços dos alimentos têm subido nos últimos meses por uma influência climática sazonal, que neste ano foi agravada pela ocorrência do fenômeno El Niño.

As intempéries prejudicaram algumas lavouras, reduzindo a oferta de determinados itens.

"Temos observado essa desaceleração da **inflação** de serviços, embora ainda acima da **inflação** geral" André Almeida Gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Banco Mundial melhora projeção para PIB do Brasil

I ALINE BRONZATI

O Banco Mundial melhorou novamente sua projeção para a economia brasileira neste ano. O organismo espera que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do País cresça 1,7% em 2024, acima da sua última projeção, que apontava alta de 1,5%. No ano passado, a economia brasileira avançou 2,9%.

O resultado, porém, põe o Brasil na lista dos países com as menores taxas de expansão da América Latina e Caribe neste ano. Ficará à frente de Colômbia e Bolívia, além de Argentina e Haiti, que devem ter recessão.

"Vemos crescimento de 1,7% neste ano, 2,2% no próximo e 2% no ano seguinte", disse o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, William Maloney, ao comentar as novas projeções ontem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

PIB vai crescer 1,7% em 2024, prevê Banco Mundial

Estevão Taiar

O Banco Mundial revisou de 1,3% para 1,7% a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2024. O número foi divulgado ontem pela instituição multilateral em seu relatório semestral para América Latina e Caribe. Para o órgão, é importante que a nova política industrial brasileira não interfira na "competição" e que o país foque em aspectos "fundamentais", como melhoria de infraestrutura e educação, para aumentar o crescimento estrutural da economia.

A estimativa apresentada pelo Banco Mundial é menor do que as projeções mais recentes do mercado (1,9%, segundo a mediana do Boletim Focus), do Banco Central (também 1,9%) e do Ministério da Fazenda (2,2%).

Já a estimativa do órgão multi-lateral para a expansão da economia brasileira em 2025 foi mantida em 2,2%, enquanto a projeção para 2026, apresentada pela primeira vez, está em 2%.

Em entrevista coletiva virtual para detalhar o relatório, o economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, William Maloney, disse que a economia brasileira vem de um histórico "forte" com "alto nível de condução macro".

Ele destacou que, após a pandemia, o país foi um dos primeiros da região a elevar a taxa básica de juros, o que permitiu que os cortes começassem também mais cedo. Desde agosto de 2023, o Banco Central (BC) reduziu a Selic de 13,75% para 10,75%, sempre em termos anuais. Outro ponto destacado positivamente pelo economista foram os investimentos diretos que o Brasil vem atraindo para o setor de energia.

Maloney afirmou que "vai ser interessante ver como" a Nova Indústria Brasil (NIB), conjunto de políticas lançadas para o setor industrial pelo governo federal no início do ano, vai impactar o crescimento econômico.

"Mas é importante manter os aspectos fundamentais", disse, defendendo que o país foque na melhoria de educação e infraestrutura e no aumento de competição entre as empresas.

O economista-chefe ainda alertou para o aumento da dívida pública no Brasil ao longo do último ano, embora não enxergue "um grande problema para o futuro" nessa frente.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1>

Perdas com crime custam 4,2% do PIB por ano para setor privado

Marsílea Gombata, Marcelo Osakabe, Ivina Garcia e Luiz Fernando Figliagi

Operações que o crime organizado leva adiante para expandir suas atividades geram incerteza, insegurança jurídica e acabam minando o ambiente de negócios e a atividade econômica. Anualmente, o Brasil gasta cerca de 5,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) com violência e criminalidade - sendo que o setor privado responde por 4,2%. Um exemplo é a ação do grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC), que domina as ações do crime organizado em São Paulo e em boa parte do Norte e Nordeste do país. Esta semana, a facção foi alvo de operação policial para apurar sua participação em empresas de ônibus de São Paulo.

Na terça-feira, 9, o Ministério Público de São Paulo apresentou denúncia contra membros de esquema da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) envolvendo lavagem de dinheiro, extorsão, apropriação indébita e fraudes em licitações. A lavagem de capitais era feita por meio das empresas de ônibus Transwolff e a UPBus.

Especialistas ouvidos pelo Valor alertam que, além do ambiente de negócios mais incerto e inseguro, a inserção do crime organizado nas brechas da economia gera instabilidade e problemas de concorrência.

Dados do Atlas da Violência, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram que os custos privados com a falta de segurança pública representam cerca de 4,2% do **PIB**, enquanto as despesas públicas totalizam 1,7%. Entram nesse cálculo tanto custos com segurança privada e seguros quanto gastos nos sistemas de saúde, segurança pública e prisional.

"A violência afeta não só preços de bens e serviços, inibe a acumulação de capital físico e humano. Isso ocorre por vários canais diferentes e aflige todos os atores da economia, firmas, famílias, governo e setor externo", afirma Daniel Cerqueira, pesquisador do Ipea e coordenador do Atlas da Violência.

Do ponto de vista das empresas, diz, crime e violência afetam o custo de logística e fretes. "O roubo de carga

já foi um problema mais agudo no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro", diz. "Um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Fijian) estimou que o custo de alguns bens pode ter sido majorado em até 30% no auge desse problema no Rio, em 2017. Algumas empresas se recusavam a fazer fretes para algumas regiões do Estado, e 13% das empresas de logística fecharam ou se mudaram de lá."

Outro risco é o fechamento de empresas e alocação de fábricas em áreas que passam a ser conflagradas. "Um exemplo é o bairro do Jacarezinho, na zona norte do Rio, onde há 30 anos havia grandes fábricas, mas todas fecharam. O mesmo ocorre hoje com o comércio na região da Cracolândia, centro de São Paulo", afirma.

Cerqueira observa que, do lado do trabalhador, altas taxas de violência também imprimem perda de produtividade, já que as pessoas perdem dias de trabalho, adoecem e correm risco de vida.

"O crime organizado não se coloca como algo à parte da economia. Vai se aproveitando tanto do Estado quanto da economia, das brechas e, especialmente, do momento de consolidação [atual], no qual as facções não estão mais lastreadas em uma única mercadoria ou atividade", afirma Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

"O próprio PCC nasce como organização formada por ladrões de banco e depois passa a incorporar o tráfico de drogas como uma das atividades principais. Hoje controla também cadeias de contrabando de cigarros na fronteira com o Paraguai, garimpos no Brasil, e venda ilegal de armas."

Lima lembra que os negócios vão mudando, pois o mercado começa a ficar saturado e os grupos vão encontrando novas oportunidades. Por exemplo, diz, se antes havia roubo de cargas e a caixas eletrônicos, hoje há cibercrimes e roubos de celulares. Hoje, afirma o especialista, um celular pode gerar R\$ 50 mil para quem o rouba, seja com empréstimos no banco, saques de aplicação, cheque especial ou cartão de crédito.

"O crime é realidade, e se queremos preveni-lo, temos de entender o real impacto dele na economia. Temos

de entender o poder bélico, financeiro, político e a captura da economia formal para o crime organizado se retroalimentar", afirma. "O problema é tão grande que as respostas não se darão apenas no direito penal e na esfera policial. Precisamos reforçar a capacidade regulatória para fechar as brechas a fim de impedir que o dinheiro ilegal circule."

Estudo do fim de 2023 do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que um aumento de 1% na taxa de homicídio médio na América Latina e no Caribe reduz o crescimento econômico da região em 0,3 ponto percentual. Baixar o nível de criminalidade na América Latina para a média mundial aumentaria o crescimento da região em até 0,5 ponto percentual, um terço do crescimento da região de 2017 a 2019, segundo o estudo.

"Na América Latina, estima-se que um aumento de 30% nas taxas de homicídio reduza o crescimento em 0,14 ponto percentual", afirma o texto, ao observar que fortalecer a segurança interna na região poderia impulsionar o crescimento em países onde gastos com lei e ordem já são altos e o espaço fiscal, limitado.

Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), Bruno Paes Manso afirma que a relação entre ampliação das operações do crime organizado e a disposição de empresas em investir é inversa.

Ele lembra que em Seropédica, na Baixada Fluminense, taxas cobradas por milícias a empresas de energia solar têm afastado empresas. Funcionários de empresas do segmento relatam que não conseguem operar sem pagar aos milicianos mensalidade em troca de segurança. "São casos concretos que mostram como [empresários e investidores] se sentem coagidos."

Se uma empresa é beneficiada por operações do crime organizado, há, portanto, um impacto nas regras do jogo, afirma a advogada criminalista Tatiana Stoco, professora de direito e processo penal do Insper.

"Se essas empresas estão envolvidas [em atividades ligadas às organizações criminosas], vemos isso afetar de forma importante a livre concorrência, pois [elas] estariam em condições melhores de negociação", diz. "Há um efeito para a economia do ponto de vista concorrencial. Mercados sadios são aqueles em que todos os players estão em condições iguais de jogo." Nesse sentido, Cerqueira afirma que a entrada do crime organizado na economia formal é geradora de ineficiências.

"Enquanto o objetivo da empresa é maximizar lucro, o do crime organizado é a lavagem de dinheiro. Não

necessariamente busca-se a melhor alocação de recursos, porque isso é um objetivo secundário", argumenta.

Ao combater o crime organizado, por meio de medidas econômicas ou repressivas, o Estado colabora para mitigar os desequilíbrios na economia, garantindo concorrência ampla e práticas empresariais adequadas, afirma João Fiúza, mestre em segurança internacional e doutorando em relações internacionais na USR

O problema é que nem sempre o Estado consegue exercer sua autoridade, afirma Alberto Kopitke, diretor-executivo do Instituto Cidade Segura.

"O crime organizado vai criando zonas de anemia, onde o Estado não consegue se impor", diz. "[Por isso] é importante fortalecer o controle interno das polícias, criando uma linha rígida de não contaminação, pois o crime organizado tenta se infiltrar nas polícias através da corrupção e do uso da força sem controle."

As autoridades brasileiras vêm se esforçando para combater as organizações criminosas, mas a maneira como elas se inserem no mercado tem dificultado identificar a origem do dinheiro e saber se ele é lícito ou ilícito, afirma Romulo Palitot, professor de direito penal da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e presidente da Associação Nacional da Advocacia Criminal da Paraíba (Anacrim-PB).

"Seja no narcotráfico, rede de prostituição, tráfico de pessoas e corrupção, o dinheiro é inserido em empresas e é mais difícil a fiscalização", diz. "É preciso seguir o dinheiro para saber se aquele valor tem ou não cheiro de ilicitude. Mas chega um momento em que está tão mesclado com outras atividades, que fica difícil distinguir."

"Para prevenir o crime, temos de entender o impacto na economia" Renato Sérgio Lima

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1>

Banco Mundial revê para baixo previsão de PIB da AL para 2024

Estevão Taiar

O Banco Mundial revisou de 2% para 1,6% a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) da América Latina e Caribe em 2024. Para 2025 e 2026, as estimativas são respectivamente de 2,7% e 2,6%. Os números foram divulgados ontem pela instituição multilateral em seu relatório semestral para a região.

Os números da Argentina [mais informações abaixo] puxaram para baixo as previsões para a região.

No documento o Banco Mundial afirma que, em um "ambiente internacional que só agora mostra sinais de estabilização", a América Latina e o Caribe "têm feito avanços lentos mas consistentes para resolver os desequilíbrios induzidos pela pandemia".

Com "algumas exceções", os países da região conseguiram por exemplo reduzir "a **inflação**" a níveis inferiores aos dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)". Assim, as "taxas de juros estão começando a cair após quatro anos de gestão macroeconômica sólida".

"Contudo, ainda existem desafios para corrigir os desequilíbrios fiscais, recuperar o poder de geração de renda perdido e os avanços da década anterior em matéria de redução da pobreza", diz.

Para o Banco Mundial, a "tarefa principal" continua "sendo a de acelerar as taxas de crescimento, atualmente fracas".

"Embora seja, em parte, causado pelas taxas de juros elevadas, o baixo crescimento também é reflexo de problemas estruturais de longa data", diz. Além disso, alerta para "duas novas características da região" que "dificultarão ainda mais" a situação de América Latina e Caribe no futuro.

"Em primeiro lugar, o envelhecimento da força de trabalho traz novos desafios para o crescimento, para a estabilidade fiscal e para as famílias", diz. "Em segundo lugar, a violência na região - que já era, de longe, a mais alta do mundo - ficou ainda mais grave e generalizada, aterrorizando os cidadãos da região e minando os avanços proporcionados pela estabilidade

macroeconômica que haviam tornado a região mais atraente para investimentos."

Segundo a instituição, os desafios novos ou velhos "também contribuem para os ganhos abaixo do esperado" com investimentos estrangeiros.

Nesse sentido, a instituição defende "uma ampla agenda de reformas - na educação, infraestrutura, regulação e políticas de concorrência - que vêm sendo adiadas há décadas".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1>

"Jabuti" de R\$ 15,5 bi é útil a muita gente, não para o arcabouço

Lu Aiko Otta

Análise

Num exemplo clássico de "jabuti", como se chamam no Congresso matérias que pegam carona em projetos de lei que tratam de temas totalmente diferentes, a Câmara aprovou na noite de terça-feira (9) uma alteração na lei do arcabouço fiscal num texto que trata da recriação do seguro obrigatório DPVAT. A proposta ainda será submetida ao Senado.

Trata-se de uma mudança que, se prosperar, facilitará a execução de emendas parlamentares neste ano eleitoral. Também pode simplificar a gestão do Orçamento em 2024, na hipótese de o Congresso derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a R\$ 5,6 bilhões em emendas de parlamentares ao Orçamento.

A lei do arcabouço fiscal diz que, se as receitas esperadas para 2024 estiverem com desempenho acima do registrado em 2023 e se as projeções das contas públicas apontarem para o cumprimento da meta fiscal, é possível elevar o teto das despesas por meio de um crédito suplementar ao Orçamento. A regra vale só para este ano. O adicional de gastos é estimado em R\$ 15,5 bilhões.

Numa articulação atribuída nos bastidores à Casa Civil, o que a Câmara aprovou foi uma alteração de data para o governo propor esse crédito suplementar ao Congresso.

Pela lei em vigor, é uma decisão a ser tomada após o dia 22 de maio, quando será divulgado o segundo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do ano. A versão aprovada na Câmara estabelece como referência o primeiro relatório, publicado em 22 de março. Ou seja: o crédito no Orçamento pode ser antecipado em algumas semanas.

"Uma péssima ideia, porque o mar não está para peixe", avaliou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, sobre a possibilidade de elevar os gastos de forma imediata. "Ao contrário, para quem não sabe, a projeção é de déficit primário para o ano." A casa projeta saldo negativo de 0,79% do **PIB**, ante a meta de resultado zero.

A antecipação do crédito em alguns dias pode ser útil por causa do calendário eleitoral, observou um técnico que acompanha a execução orçamentária. Neste ano, novas transferências voluntárias de recursos da União para Estados e municípios, caso de muitas emendas de parlamentares ao Orçamento, só podem ser feitas até 30 de junho.

Se o crédito de R\$ 15,5 bilhões for decidido só a partir de 22 de maio, o prazo para execução das emendas ficará muito curto.

A mudança na data produz efeito prático também para o Executivo. O Congresso pode deliberar, na semana que vem, sobre o veto de Lula a R\$ 5,6 bilhões em emendas de parlamentares. A derrubada do veto obrigaria o governo a bloquear outras despesas, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário. Em seguida, poderia ser proposto o crédito suplementar que permitiria recompor as despesas. Pelo texto aprovado na Câmara, esse bloqueio e desbloqueio seria dispensado.

Há uma terceira consequência: a de tornar certa a proposição do crédito suplementar de R\$ 15,5 bilhões.

Pelo relatório de março, as condições para o uso do crédito suplementar estavam atendidas: projeção de cumprimento da meta e receitas superiores às de 2023.

Em maio, não se sabe. Dados preliminares indicam que a arrecadação de março ficou abaixo do projetado. As despesas têm surpreendido para cima. Assim, existe o risco de o crédito não ser proposto, ou ficar menor do que os R\$ 15,5 bilhões.

"Essa mudança intempestiva no arcabouço fiscal aumentaria a pressão para o governo usar o dispositivo, porque o primeiro relatório bimestral já foi apresentado e, nele, as metas estão cumpridas e o cenário é róseo", comentou Salto.

O uso do crédito suplementar em 2024 pode ainda aumentar as chances de acomodar nos próximos anos despesas extras, como o reajuste salarial dos servidores discutido na manhã desta quarta-feira.

Se o crédito for aprovado, elevará o limite de gasto de

2024 em R\$ 15,5 bilhões. O teto do ano, por sua vez, é referência para a elaboração do Orçamento de 2025. Assim, há uma expansão do espaço fiscal no futuro. Mas, segundo lei do arcabouço, os R\$ 15,5 bilhões só serão incorporados de forma definitiva ao teto se for comprovado que as receitas se comportaram conforme o projetado.

Uma das versões do projeto de lei discutido na Câmara suprimia essa trava, admitindo elevação permanente do teto mesmo no caso de as receitas ficarem abaixo do previsto, relata fonte. Esse "jabuti do jabuti", porém, não passou.

Outro desdobramento do uso do crédito suplementar é a possibilidade liberar R\$ 3,9 bilhões em despesas que foram bloqueadas em março.

Questionado sobre a mudança no arcabouço, o Ministério do Planejamento respondeu que "tratou-se de uma iniciativa do Congresso Nacional e ainda está em deliberação".

Ainda que pareça algo menor, a flexibilização do arcabouço vem em má hora. É um momento de dificuldade para a área econômica entregar os resultados fiscais sinalizados no ano passado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na manhã desta quarta-feira que o ciclo do ajuste das contas públicas ainda não está concluído, e que o descontrole das contas públicas não ajudará o país a crescer.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1)**

Unesco oferece apoio à agenda do Brasil durante presidência do G20

Marsílea Gombata

Primeira vez participando como parceiro privilegiado no G20, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) quer apoiar o Brasil nas agendas de mudança climática e redução da desigualdade de gênero e conseguir ajuda para expandir o trabalho que faz contra desinformação nas eleições. Buscará ainda apoio do G20 para implementar recomendações da organização sobre ética na utilização de inteligência artificial, afirma Charaf Ahmimed, sherpa da Unesco.

Em entrevista ao Valor, o negociador da organização ressalta a importância de forças-tarefa como a contra a fome e pobreza e contra mudanças climáticas, que surgiram no âmbito da presidência do Brasil no G20 e devem se perpetuar como alianças globais para além do período da liderança brasileira neste ano.

Dentro do amplo universo de temas que a Unesco trabalha, Ahmimed ressalta ainda a importância da chamada "media literacy", que busca letrar eleitores sobre potenciais vieses nas notícias e visa minimizar danos que a circulação de desinformação pode levar.

"Um ator que tem papel importante são as plataformas, que têm de ter um sistema de monitoramento durante as eleições que seja mais adequado, especificamente contra os discursos de ódio e racismo", diz, ao lembrar que mais de 80 países ou 2,4 bilhões de eleitores vão às urnas neste ano.

Valor: Como funcionará o trabalho do sherpa da Unesco no G20?

Charaf Ahmimed: Há dois processos no G20: o do sherpa, que é político e leva à declaração dos chefes de Estado ao fim da presidência, e o técnico, que são grupos de trabalho. Meu papel é duplo. Um deles é acompanhar o processo de participação da diretora geral da Unesco, Audrey Azoulay, no processo político. Há dois meses tivemos reunião de ministros de Relações Exteriores, no Rio, para que ela apresentasse o trabalho da Unesco. Ela também participará da cúpula de chefes de Estado, e meu papel é apoiar esse processo.

Paralelamente, estamos em 16 linhas de trabalho, nas quais a Unesco estabelece conexão entre o que

fazemos e o trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da OCDE, do Banco Mundial. Aqui busco assegurar que meus colegas [da Unesco] estejam contribuindo para o plano que traçamos com a presidência do Brasil [no G20].

Valor: Em quais grupos atuam?

Ahmimed: Nas forças-tarefa contra mudança climática. Nela queremos apresentar um projeto que temos e funciona muito bem e queremos que o G20 leve para outros países. Trata-se de uma iniciativa na Amazônia, envolvendo Brasil, Equador, Peru e Bolívia, que se chama Man and Biosphere. Nele, mantemos 40 projetos que visam unir a possibilidade de o ser humano viver em um ambiente natural e desenvolver atividades econômicas. Alguns envolvem crédito de carbono, outros, apoio à luta indígena contra o desmatamento.

Valor: Há outros grupos ou linhas de trabalho em que estão?

Ahmimed: Um segundo grupo seria o de desigualdade de gênero e empoderamento de mulheres. Esta é a primeira vez que o G20 tem um grupo de trabalho sobre o tema. Queremos ajudar o Brasil com dados sobre a participação das mulheres em estudos na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Traremos dados globais, mas também com foco no Brasil. Queremos pesquisar sobre mulheres e educação STEM [abordagem inter-disciplinar que combina ciência, tecnologia, engenharia e matemática], oferecer recomendações ao Brasil e membros do G20 para melhorar o ensino de ciências a meninas e mulheres na escola primária e na universidade.

Um outro exemplo seria sobre a inteligência artificial. Quando chegou à Unesco, em 2018, a diretora-geral trouxe uma visão para a organização sobre como politizar alguns temas, como promovê-los para que sejam relevantes no nosso mundo e no futuro. Um deles é a ética no uso da inteligência artificial. Em três anos, a Unesco elaborou um novo instrumento normativo, recomendações sobre a ética da inteligência artificial. E agora estamos elaborando estratégias e políticas em 50 países dentre os 194 membros da Unesco. Precisamos da ajuda do G20 para implementar essas recomendações no maior

número de países possível. Para nós, o G20 é um espaço para coordenar, mas também para se evitar a duplicação de políticas. Se há uma recomendação universal, não há a necessidade de outras.

Há, por exemplo, impacto importante dos algoritmos sobre igualdade de gênero. Nossa recomendação sobre o que é preciso ser feito é o do uso de uma tecnologia mais sensível a diferenças que temos na sociedade, entre diferentes etnias. Mas para chegar nisso precisamos de mais mulheres desenvolvendo estudos sobre isso.

Valor: O número de mulheres trabalhando nesse meio é baixo.

Ahmimed: Sim. Hoje, por exemplo, 33% dos profissionais de inteligência artificial são mulheres. É um exemplo de desigualdade em tecnologia que requer educação, trabalho tecnológico e políticas para assegurar que haja instituições e políticas no país focadas em uma tecnologia mais ética.

Há uma razão [particular] pela qual a Unesco estava interessada nesse G20, que é o fato de a União Africana estar dentre seus membros pela primeira vez. A Unesco tem duas prioridades globais, que são a África e a igualdade de gênero. Quando promovemos investimentos em STEM, há sempre um enfoque na África. Sempre haverá um capítulo dedicado à África nesses temas.

Valor: Há algum papel da organização na Aliança Global contra a Fome e Pobreza, que o Brasil quer estabelecer para além do G20?

Ahmimed: Sim. Há um chamado da presidência do Brasil para que todas as organizações internacionais contribuam para a luta contra a fome e a pobreza, assim contra a mudança climático. Para a primeira, temos uma coalizão para melhorar a alimentação de meninos e meninas na escola. Se um estudante tem fome, não vai aprender.

Os grupos de trabalho começam e terminam durante a presidência de um país no G20. Mas esses dois grupos seguirão depois.

Apoiamos esses fóruns e queremos fazer uma ligação entre a educação de qualidade e a luta contra a pobreza. Durante décadas houve muito foco em ampliar o acesso das mulheres à educação, o que é importante, mas depois nos demos conta que mais acesso não significa melhor qualidade. Então, é preciso ampliar, mas também aumentar qualidade e as oportunidades. Ou seja, melhor acesso à habitação, melhor trabalho e mais oportunidades para as mulheres terão um efeito positivo.

Valor: Segundo dados da Unesco, menos de 70% dos países gastam cerca de 4% do **PIB** com educação. O que explica esse percentual?

Ahmimed: Isso depende das prioridades. Na Indonésia, por lei, o governo tem de investir 20% do **PIB** em educação. Mas isso é exceção no mundo. Na Costa Rica, há mais investimento porque não há Exército. Na maioria dos países, especialmente os ricos, há mais investimento em armamento.

Precisamos de investimento em todas as áreas [da educação], Mas há necessidade de [ainda mais] investimento no digital, formação de professores, equipamentos. Temos, por exemplo, 240 milhões de professores em todo mundo e precisamos de currículo que integre temas como igualdade de gênero e trabalho. São áreas que demandam muito mais investimento.

Valor: Investir mais em educação teria impacto relevante no combate à desinformação? Ou não?

Ahmimed: Seria extremamente importante. Chamamos isso de "media literacy" e é importante em vários níveis. Um é a educação de jovens e cidadãos em geral sobre como ler, utilizar e buscar informações. É preciso se ter um tom crítico para ler uma notícia de um meio para reconhecer o viés e saber identificá-lo. Para, ao menos, quando lerem uma informação saberem de onde vem, qual é o viés.

Fazem parte desse programa de "media literacy" meios que são mais relevantes e confiáveis. E estamos trabalhando com as plataformas para que sejam mais responsáveis. Então, todo mundo tem um papel. O sistema educacional, os meios, as plataformas, os Estados-membros, a sociedade civil. Em 2023 lançamos algumas diretrizes sobre as plataformas digitais, contando com a liderança do Brasil no processo, antes mesmo da presidência no G20. Essas diretrizes são hoje usadas por vários países. E isso nos apoia em outra linha de trabalho, que é a contra os discursos de ódio. Nela, ensinamos jovens a usar redes sociais para combater o discurso de ódio. E isso tem relação com o que fazemos na luta contra racismo e discriminação.

Valor: Segundo a Unesco, 87% dos eleitores no mundo acreditam que a desinformação está tendo impacto importantes nas eleições. O que fazer para evitar isso?

Ahmimed: Esse é um tema crucial para nós. Há alguns anos estamos trabalhando com eleições e desinformação, e hoje vemos que existem algumas coisas que podem ser feitas. Uma é se envolver em

programas de "media literacy", programas de educação para todas as pessoas envolvidas - eleitores, jornalistas, políticos. Outra é assegurarmos que a inteligência artificial não esteja contribuindo para a desinformação em eleições. Garantirmos que tenhamos um marco em que a utilização da tecnologia seja mais positiva. Um ator que tem papel importante são as plataformas, que têm de ter um sistema de monitoramento durante as eleições que seja mais adequado, especificamente contra os discursos de ódio e racismo. Esse é um trabalho importante quando pensamos que haverá cerca de 80 eleições em 2024, quando 2,4 bilhões de eleitores vão às urnas. É um ano decisivo para a democracia de muitos países.

"Houve muito foco em ampliar o acesso das mulheres à educação, mas depois nos demos conta que mais acesso não significa qualidade"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187839?page=1§ion=1)**